

GUSTAVO AMORIM ANTUNES



ESTATUTO JURÍDICO DAS EMPRESAS ESTATAIS

LEI Nº 13.303/16 COMENTADA

EM CONSONÂNCIA COM O
DECRETO FEDERAL Nº 8.945/2016

Belo Horizonte



2017

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

A6361 Antunes, Gustavo Amorim
Estatuto Jurídico das Empresas Estatais: Lei nº 13.303/16 comentada/ Gustavo Amorim
Antunes.- Belo Horizonte : Fórum, 2017.

484 p.
ISBN 978-85-450-0238-3

1. Direito Empresarial. 2. Direito Administrativo. 3. Administração de Empresas. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ANTUNES, Gustavo Amorim. *Estatuto Jurídico das Empresas Estatais*: Lei nº 13.303/16 comentada. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 484 p. ISBN 978-85-450-0238-3.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE I	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL	19
Art. 14 Proteção contra abuso de função	19
Art. 22 Competência da União para legislar sobre licitação e contratos	20
Art. 28 Vedação para Governador acumular cargo em empresa estatal	21
Art. 34 Hipótese de intervenção da União para assegurar prestação de contas	21
Art. 37 Princípios da administração pública, concurso, teto, criação de estatal e participações minoritárias	22
Art. 52 Limite para operações de crédito.....	53
Art. 54 Vedação para legislador contratar ou trabalhar em empresa estatal	54
Art. 70 Fiscalização das empresas estatais pelos três Poderes.....	55
Art. 71 Controle externo das empresas estatais pelo Tribunal de Contas.....	57
Art. 102 Efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	61
Art. 105 Hipótese de mandato de injunção para omissão legislativa de empresa estatal.....	61
Art. 109 Competência da Justiça Federal em ação não trabalhista de empresa pública federal.....	62
Art. 114 Competência da Justiça do Trabalho em ações trabalhistas	63
Art. 144 Competência da Polícia Federal em infrações penais contra empresas públicas.....	63
Art. 163 Limite para endividamento	64

Art. 165 Inclusão das empresas estatais no orçamento público	66
Art. 166 Tramitação do orçamento público que contém as empresas estatais.....	73
Art. 167 Inclusão das empresas estatais no orçamento público	77
Art. 169 Limite de gastos com pessoal	85
Art. 173 Estatuto jurídico das empresas estatais	89
Art. 177 Monopólios da União	97
Art. 202 Regra da paridade para benefícios de previdência complementar	99
Título X Ato das disposições constitucionais transitórias	100
Art. 8º Anistia por demissões políticas durante a Ditadura	100
Art. 17 Regra de transição para acumular cargo na área de saúde	101
Art. 18 Perda de estabilidade para admissão sem concurso público	102
Art. 64 Divulgação da Constituição Federal	102
Art. 81 Vinculação dos recursos oriundos de desestatização de empresas federais.....	103
Art. 97 Precatório para empresa que presta atividade de Estado.....	104

PARTE II

GOVERNANÇA	107
Ementa da lei – Debate sobre exploração de atividade econômica.....	107
Título I Debate sobre as subsidiárias.....	111
Capítulo I – Disposições preliminares	113
Art. 1º Abrangência.....	113
Art. 2º Autorização legal para constituir empresa estatal	127
Art. 3º Empresa pública.....	135
Art. 4º Sociedade de economia mista	140
Capítulo II – Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista	144
Seção I – Das normas gerais.....	144
Art. 5º Forma jurídica	144
Art. 6º Adaptação estatutária	147
Art. 7º Demonstrações contábeis trimestrais	149
Art. 8º Requisitos de transparência.....	152

Art. 9º Três linhas de defesa em controle interno e gestão de riscos	166
Art. 10 Comitê de elegibilidade	177
Art. 11 Vedação para empresa pública emitir partes beneficiárias e títulos conversíveis em ações	185
Art. 12 Divulgação de remuneração, Código de Integridade e Arbitragem.....	187
Art. 13 Quantitativo, prazo de gestão e avaliação de administradores e conselheiros.....	192
Seção II – Do acionista controlador	217
Art. 14 Deveres do acionista controlador	217
Art. 15 Abuso de poder de controle	222
Seção III – Do administrador.....	225
Art. 16 Normas gerais sobre os administradores	225
Art. 17 Critérios de elegibilidade e seguro para administradores.....	229
Seção IV – Do Conselho de Administração.....	262
Art. 18 Competências do Conselho de Administração.....	262
Art. 19 Minoritários e empregados no Conselho de Administração	267
Art. 20 Limite de conselhos remunerados.....	270
Art. 21 Responsabilização de conselheiro de administração (vetado)	272
Seção V – Do membro independente do Conselho de Administração	273
Art. 22 Membros independentes no Conselho de Administração	273
Seção VI – Da diretoria	286
Art. 23 Metas empresariais vinculadas ao planejamento estratégico	286
Seção VII – Do Comitê de Auditoria Estatutário	290
Art. 24 Competências do Comitê de Auditoria.....	290
Art. 25 Composição do Comitê de Auditoria.....	299
Seção VIII – Do Conselho Fiscal	307
Art. 26 Critérios de elegibilidade e normas sobre Conselho Fiscal	307
Capítulo III – Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	312

Art. 27 Função social.....	312
Título II – Mecanismos de fiscalização externa das empresas estatais	317
Capítulo III – Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	317
Art. 85 Acesso dos órgãos de controle e empresa sediada no exterior	317
Art. 86 Divulgação de informações	322
Art. 87 Denúncia por descumprir esta lei e empresas sediadas no exterior	325
Art. 88 Divulgação da execução dos contratos e orçamentos.....	329
Art. 89 Vedação para ingerência do órgão supervisor.....	330
Art. 90 Vedação para ingerência dos órgãos de controle e supervisão	332
Título III – Disposições finais e transitórias	334
Art. 91 Prazo de aplicação.....	334
Art. 92 Lista de empresas estatais de todos os entes da Federação.....	338
Art. 93 Limite para gastos com publicidade e patrocínio	340
Art. 94 Sanção financeira à empresa estatal por ato de corrupção.....	341
Art. 95 Prazo para aprovar o planejamento de longo prazo.....	342
Art. 97 Entrada em vigor.....	343

PARTE III

COMPRAS.....	345
Título II – Fiscalização da empresa e regime de compras.....	345
Capítulo I – Das licitações.....	346
Seção I – Da exigência de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade	346
Art. 28 Abrangência das licitações.....	346
Art. 29 Dispensa de licitação	355
Art. 30 Contratação direta.....	366
Seção II – Disposições de caráter geral sobre licitações e contratos	370
Art. 31 Objetivo da licitação	370
Art. 32 Diretrizes para licitação e contratos	375

Art. 33 Edital da licitação	380
Art. 34 Valor estimado sigiloso	382
Art. 35 Divulgação dos atos e procedimentos licitatórios.....	385
Art. 36 Pré-qualificação	387
Art. 37 Cadastro de inidôneos.....	387
Art. 38 Impedimentos para participar de licitação.....	390
Art. 39 Prazos mínimos	394
Art. 40 Conteúdo mínimo do regulamento de licitações	398
Art. 41 Sanções penais por desconformidade na licitação	400
Seção III – Das normas específicas para obras e serviços	401
Art. 42 Definições e conceitos.....	401
Art. 43 Regimes de contratação.....	412
Art. 44 Impedimentos adicionais para licitação de obras e serviços de engenharia	416
Art. 45 Remuneração variável.....	419
Art. 46 Contratação simultânea.....	420
Seção IV – Das normas específicas para aquisição de bens	421
Art. 47 Marca, amostragem e certificação.....	421
Art. 48 Divulgação da relação de aquisições.....	422
Seção V – Das normas específicas para alienação de bens.....	423
Art. 49 Avaliação e licitação na alienação de bens.....	423
Art. 50 Avaliação e licitação para atribuir ônus real	424
Seção VI – Do procedimento de licitação	426
Art. 51 Fases da licitação	426
Art. 52 Modos de disputa	428
Art. 53 Lance intermediário e reinício de disputa aberta.....	430
Art. 54 Critérios de julgamento.....	431
Art. 55 Desempate.....	435
Art. 56 Verificação de efetividade.....	435
Art. 57 Negociação	437
Art. 58 Habilitação	439
Art. 59 Recursos.....	441
Art. 60 Homologação.....	442
Art. 61 Vedação à mudança de ordem e contratação de terceiros.....	442
Art. 62 Revogação	443
Seção VII – Dos procedimentos auxiliares das licitações	449
Art. 63 Procedimentos auxiliares.....	450

Art. 64 Pré-qualificação permanente	450
Art. 65 Registro cadastral	453
Art. 66 Registro de preços	453
Art. 67 Catálogo de compras	454
Capítulo II – Dos contratos	455
Seção I – Da formalização dos contratos	455
Art. 68 Contrato privado	455
Art. 69 Cláusulas contratuais mínimas	455
Art. 70 Prestação de garantia	459
Art. 71 Duração dos contratos	461
Art. 72 Alteração dos contratos	462
Art. 73 Formalização dos contratos	463
Art. 74 Acesso aos contratos	463
Art. 75 Acesso aos contratos	464
Art. 76 Correção de vícios e responsabilização por danos correspondentes	466
Art. 77 Encargos trabalhistas exclusivos do contratado	466
Art. 78 Subcontratação	467
Art. 79 Frustração de economia contratada	469
Art. 80 Direitos de produto técnico desenvolvido pelo contratado	470
Seção II – Da alteração dos contratos	470
Art. 81 Hipóteses para alteração de contrato	470
Seção III – Das sanções administrativas	474
Art. 82 Multa por atraso na execução do contrato	474
Art. 83 Sanções por inexecução do contrato	475
Art. 84 Suspensão por inidoneidade	476
Art. 91 Prazo de aplicação	477
Art. 96 Revogação de procedimentos licitatórios para empresas específicas	481
Art. 97 – Entrada em vigor da lei	484